

Acordos prevêem aprovação de 85% do Título II

Depois de se reunir por mais de duas horas com lideranças do PMDB, PCB, PT, PC do B, PDT e do Centrão para iniciar as negociações em torno do Título II (dos Direitos e Garantias Fundamentais), do projeto da Constituição, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, avaliou que 85% do texto serão objeto de acordo. "As minhas expectativas do projeto serão negociadas", disse Ulysses.

O presidente da Constituinte afirmou que quer colocar o Título II em votação "de qualquer jeito" na segunda-feira. Ele criticou os constituintes que não apareceram nas duas votações temáticas desta semana e manifestou intenção de convocar sessões aos fins de semana: "Os constituintes têm de almoçar, jantar e dormir no Congresso".

A ideia de Ulysses de colocar em votação o Título II na segunda-feira não tem o apoio da maioria dos partidos, que preferem iniciar os debates em plenário da terça-feira. O Centrão principalmente, porque acha que dificilmente terá seus deputados em maioria na segunda-feira em Brasília. Por isso mesmo, o PT faz pé firme e quer votar. Os outros partidos, no entanto, concordam em adiar um pouco mais, tanto que na terça-feira de manhã há uma reunião marcada na Câmara com todas as lideranças partidárias, os presidentes dos Sindicatos dos metalúrgicos e dos eletricitários de São Paulo e o Departamento Inter-sindical de Assessoramento Parlamentar (DIAP) para discutir o artigo sobre estabilidade

no emprego. Na reunião de ontem com Ulysses, não foi discutida a estabilidade, que ficou para ser debatida numa nova reunião marcada para hoje às 17h00, e as lideranças limitaram-se a expor suas propostas. O PMDB, representado pelos líderes na Constituinte e no Senado, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, disse que não abre mão de 23 dos 60 parágrafos que compõem o Capítulo I (dos direitos individuais e coletivos), o não a ser discutido hoje (o PDT fez pé firme e outros oito, o PT em cinco e o PDC em três). O deputado José Lins (PFL-CE), do Centrão, saiu dizendo que se reuniria durante o dia com seu grupo para examinar as propostas e discutir os pontos negociáveis.

Discordância
O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) acha que o Centrão está "disposto ao acordo" e acredita que hoje será relativamente fácil concluir as negociações em torno do Capítulo I, para iniciar as discussões sobre estabilidade. Hoje os pontos de discordância eram a emenda do deputado Carlos Alberto Cao (PDT-RJ), que incluía a discriminação racial na relação de crimes inafiançáveis e imprescritíveis, o habeas-data (direito do cidadão a ter acesso a informações sobre si próprio arquivadas em entidades públicas e privadas) e o mandato de segurança coletivo. Na avaliação de Vivaldo Barbosa, o aborto e a pena de morte deverão ficar fora do acordo e ficar para decisão em plenário. O deputado Amaral Neto

(PDS-RJ) não abre mão de sua emenda instituindo à pena de morte e a deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) não cede em relação à proibição do aborto.

O deputado José Lins (PFL-CE), um dos interlocutores do Centrão na reunião, acredita, no entanto, que será possível chegar a um entendimento na maioria das reivindicações dos progressistas.

O senador Mário Covas e os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Ademir Andrade (PSB-PA) acreditam que o número de pontos controversos será pequeno e vêem com facilidade a chegada de um acordo na reunião hoje, porque sentiram disposição de negociar no Centrão. Antes, porém, Covas e outras lideranças de esquerda vão unificar suas propostas.

Pontos
A reunião começou com o senador Mário Covas (PMDB-SP) mostrando os pontos em que o seu partido considera fundamentais, 26 no total, obtendo a concordância de todos os partidos de esquerda. Entre esses pontos estão o dispositivo que prevê que a prática de tortura será dada como crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de anistia; a inviolabilidade de residências, salvo nos casos de determinação judicial e flagrante delito; a inviolabilidade do sigilo da correspondência; a exigência do diploma profissional para os casos que a lei exigir; prisão só com flagrante delito e a concessão do habeas-data, que assegura ao cidadão o direito de saber informações a seu respeito.



Reunião deixou Ulysses otimista quanto aos entendimentos

Constituinte votará a estabilidade

Se houver quorum, a Constituinte começará a votar amanhã um dos seus temas mais polêmicos: os direitos dos trabalhadores, em que está previsto, pelo projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização, a garantia de emprego contra a despedida imotivada, que ficou conhecida como "estabilidade no emprego". Para o artigo 7º e seus parágrafos e incisos, onde o assunto é tratado, estão previstas para entrar em votação 109 emendas, sendo que todo o Título II tem 319, incluindo o substitutivo do Centrão.

O deputado José Genoino, vice-líder do PT, acredita que levará no mínimo duas semanas para a Constituinte votar todo o Título II. O parlamentar confirma que a garantia de emprego contra a despedida imotivada tomará o maior tempo, não só porque a questão é polêmica, mas também pelo número de emendas destacadas de inúmeros constituintes de várias tendências ideológicas.

No Centrão, a mesma avaliação é feita pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), um dos interlocutores do grupo para a negociação com líderes partidários e forças suprapartidárias. Bonifácio acredita que se poderá chegar a um acordo em torno da questão para facilitar a votação, mas José Genoino e o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, são céticos a esse respeito. Os dois avaliam que vai ser difícil para os progressistas aceitarem as bases do acordo que propõem o Centrão e o grupo dos 32: que a questão fique para ser regulamentada na lei ordinária. Não havendo acordo, o dispositivo vai para o voto, com a apreciação de cada emenda, o que atrasaria a Constituinte.

As divergências ficam ainda por conta de outros pontos como a hora extra — que o projeto prevê em 100% e o Centrão quer apenas 50%; igualdade em termos de direitos trabalhistas para os trabalhadores urbanos e do campo; imprescritibilidade da ação tra-

balhista, unicidade sindical, direito de greve para o servidor público.

Para cada um desses temas a esquerda preparou dezenas de ataques, principalmente para os pontos em separado. Esse último destaque poderá causar desgastes para os Constituintes na medida em que um dispositivo é retirado do texto para ser apreciado separadamente, provocando muito debate e conflito entre os diversos grupos e impasses que muitas vezes poderão suspender sucessivamente as sessões.

Além desses impasses que poderiam atrasar a Constituinte, há um outro fator que preocupa os progressistas pela tendência verificada na sessão de sexta-feira, que foi suspensão por falta de quorum. O deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), encarregado de mobilizar o Centrão para as sessões, garantiu na sexta-feira que isso não ocorrerá e que todos estarão aqui amanhã para iniciar a votação do Título II.

Arquivo 16/06/87



Covas: propostas da esquerda

Covas quer mudar todo o capítulo

Coube ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, expor as reivindicações de parte de seu partido e dos partidos de esquerda PDT, PC do B, PCB, que são, em sua maioria, coincidentes.

Fora as modificações de redação, Covas apresentou propostas que alteram do CAPUT do capítulo até o seu último parágrafo. As mais significativas são as que garantem na Constituição a possibilidade de se impetrar mandato de segurança coletivo, suprimido pelo texto do centrão e o direito de inviolabilidade da correspondência e comunicações. Querem ainda manter a proteção aos profissionais qualificados, retirados pelo Centrão, e a auto-aplicação de todos os dispositivos, expressa no parágrafo 60 do projeto aprovado pela Sistematização.

Nesta lista de alterações colocadas para negociação com o Centrão, estão ainda a definição do direito de propriedade, sem qualquer alusão à indenização em dinheiro e o direito do preso de identificar o responsável por sua autuação.

O PDT e o PT têm ainda reivindicações específicas, como a supressão do texto da Sistematização da garantia do direito de herança, preconizada pelo Partido dos Trabalhadores e a manutenção da gratuidade dos serviços advocatícios, retirada pelo Centrão, e que o PDT quer manter na Constituição.

Chiarelli não vê hegemonia

Porto Alegre — O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, afirmou ontem que a última semana foi extremamente pedagógica para todos os constituintes, pois mostrou que nenhum grupo tem hegemonia na hora da votação. Disse que nem mesmo o Centrão, que sempre alardeou uma grande vantagem, não conseguiu impor seu ponto de vista na votação do Preâmbulo e do Título I da nova Constituição.

Chiarelli advertiu que o episódio da votação do Preâmbulo e do Título I ensinou que será fundamental a transigência de todos os constituintes para que se possa votar os assuntos mais polêmicos. Ressaltou que se alguém tentar ter um predomínio geral sobre a Constituinte isso acabará provocando dificuldades nos trabalhos e atrasando a promulgação da nova Carta.

Ele acredita ser importante as negociações entre lideranças e explicou que ao contrário do que muitos pensam com elas se ganha tempo, pois facilitam a votação no plenário depois de se obter um acordo.

Perfil
O perfil partidário, eviden-

A Nova Carta

Em sua primeira semana de votação no plenário, a Constituinte apresenta como balanço dos trabalhos a aprovação do Preâmbulo e do Título I, dos Princípios Fundamentais, num total de cinco artigos.

Eis a íntegra do que já está aprovado na nova Constituição:

Preâmbulo
Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir no País um novo Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social da Nação e comprometida com a solução pacífica de todas as controvérsias, tanto na ordem interna como na internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

Título I — dos Princípios Fundamentais.
Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos estados e municípios, Distrito Federal e territórios, constitui-se em Estado democrático de Direito, visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária, e tem como fundamento a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa,

o pluralismo político e a convivência em paz com a humanidade.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo que o exerce por representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º São objetivos fundamentais do Estado:

I. garantir a independência e o desenvolvimento nacionais;

II. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades entre as pessoas e regiões;

III. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação.

Art. 4º O Brasil fundamentará suas relações internacionais nos princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos e da defesa da paz, bem como no repúdio ao terrorismo e ao racismo, e propugnará pela cooperação entre os povos e pelo progresso da humanidade.

Art. 5º. O Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, tendo em vista a formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Encontro em MG frustra governistas

A reunião de governadores em Montes Claros, Minas Gerais foi estimulada pelo Palácio do Planalto e ficou acertada num dos últimos encontros que houve entre o presidente José Sarney e o governador mineiro Newton Cardoso.

Como estava previsto na reunião dos governantes estaduais da área da Sudene, aproveitou-se a oportunidade para reunir em Montes Claros os governadores dos demais estados, a pretexto de se fixar uma estratégia para a dinamização dos trabalhos da Constituinte.

Isso foi o que apurou o JBR, junto a participantes do encontro político de Minas, que, a juízo do Palácio do Planalto, não alcançou seu objetivo principal, de forma expressa, a definição dos governadores em favor do mandato presidencial de cinco anos. Mas, ainda assim, para o Governo, ficou clara a tendência da maioria das autoridades presentes em Montes Claros, contra a redução do mandato de Sarney.

O número elevado de ausências de governadores eleitos pelo voto direto — compareceram à reunião apenas 13 governadores, dois de territórios federais, nomeados pelo presidente Sarney — não agradou ao Governo, embora a maioria de fatos houvesse procurado justificar-se perante o Palácio do Planalto. De qualquer modo, a ausência de 12 governadores eleitos nas eleições gerais de 1986 evitou, a rigor, que houvesse quorum para deliberação no encontro, a respeito da questão de interesse primordial para o Governo.

De mais a mais, o Governo está cada vez mais convencido de que o governador Orestes Quêrcia, de São Paulo, a principal presença política na reunião, na melhor hipótese não se empenhará pela rejeição do mandato de cinco anos.

Por outro lado, quanto ao incidente havido entre os governadores Fernando Collor e Fernando César Mesquita (de Fernando de Noronha), em torno do problema do mandato, o governo admitiu que esperava uma repercussão melhor desse fato.

Além disso, em meio às expectativas quanto aos resultados da reunião de Montes Claros, o Governo foi surpreendido pela divulgação do manifesto do general da reserva, Francisco Batista Torres "Grito à Nação Brasileira" — no qual se fazem duras críticas à ação governamental, no plano administrativo, no combate à corrupção. Nesse documento, o ex-oficial superior do Exército também critica as autoridades militares referindo-se ao caso da prisão por motivos idealistas de seu irmão e do capitão de Apucarana, no Paraná, enquanto — conforme insinua os corruptos ficam impunes. Essa colação, desfavorável ao Governo, em termos éticos e políticos, vem sendo captada pelos órgãos de informação do Executivo, com muita frequência, nos meios militares e mesmo na Assembleia Constituinte. A certeza da repercussão negativa desse novo episódio sobre o ânimo dos constituintes, tornou absolutamente insustentável a esperança de êxito governamental, quanto à reunião de Montes Claros.

Caiado quer eleições e pacto social

Recife — O presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado, afirmou ontem que os segmentos urbano e rural da sociedade brasileira precisam se agrupar em torno de uma candidatura à Presidência da República com credibilidade para concluir um pacto social e corrigir os rumos da Nação. Caiado, que se diz empenhado em assegurar que após a Constituinte serão convocadas eleições gerais no País, criticou todas as candidaturas atualmente postas. "Nenhuma delas tem programa", afirmou. Ele disse ainda que se não surgirem alternativas o fenômeno Vila Velha (ES), onde um mosquito foi mais votado que todos os candidatos a prefeito, se repetirá em escala nacional.

Plenário vazio é criticado

«Por melhores que sejam as razões das lideranças da Assembleia Nacional Constituinte, o esvaziamento do plenário na última sexta-feira não condiz com a necessidade absolutamente urgente de se votar a nova Constituição do País».

Para o governador paulista, Orestes Quêrcia, que fez esta declaração ontem, em São Paulo, "as cenas do plenário vazio transformaram-se em imagens negativas da Constituinte aos olhos de uma Nação tão carentes de pro-

vidências decididas e decisivas para superar seus problemas econômicos e sociais».

«As notícias sobre o recrudescimento da inflação, com o consequente aumento dos aluguéis e dos preços em geral», concluiu o governador de São Paulo, "fortalecem o sentimento nacional de que os constituintes têm responsabilidade muito séria e devem se entender e votar o mais urgentemente possível a nova Constituição do Brasil».

Negociação é indispensável

Gerson Menezes

A Constituinte entra em uma de suas fases mais movimentadas provavelmente esta semana, com a votação do título referente aos "direitos e garantias fundamentais", quando questões polêmicas, como estabilidade no emprego, tornarão inevitável o aumento da temperatura a níveis compatíveis com o calor que tem feito em Brasília.

De qualquer modo, essa nova fase já começa marcada pela convicção generalizada de que o entendimento é indispensável para fazer a Constituinte andar, sob pena de a classe política ficar ainda mais desgastada perante a opinião pública. Integrantes do próprio "Centrão" já começam a admitir isso, garantindo que líderes tidos como "radicais", como Amaral Neto e José Lourenço, não serão os interlocutores oficiais do grupo.

"Vocês já viram o Amaral Neto ou o Robertão (Roberto Cardoso Alves) lá na sede do Centrão?", perguntou o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), valendo-se de uma sutileza para contestar que sejam esses os interlocutores do Centrão nos acordos a serem buscados daqui por diante, ou mesmo que tenham sido em algum momento. Roberto Cardoso Alves, José Lourenço e Amaral Neto são sempre apontados como "radicais de direita" por integrantes do grupo que começam a se preocupar com desgastes eleitorais e que não querem ser identificados da mesma forma em suas respectivas bases. Com a mesma sutileza com que rejeita a liderança dos três, Dasso prefere fazer elogios à capacidade de negociação que, no seu entender, possuem parlamentares como Bonifácio de Andrada, José Geraldo e Ricardo Fiúza.

Impasse

O "Centrão" teve a convicção